



Curso: Direito

Grau ou Diploma: Mestrado

Ramo: Direito Administrativo e Contratação Pública

Plano de estudos: Aviso n.º 19349/2019, de 2 de dezembro

Docência: Mendes

Docente(s) responsável(eis) pela unidade curricular:

Prof. Doutor Tiago Duarte

Outro(s) docente(s) da unidade curricular:

-

Idioma de ensino:

Português

Funcionamento: -

Objetivos de aprendizagem:

O objetivo é que os alunos aprofundem conhecimentos teóricos e práticos sobre o regime jurídico da execução dos contratos sujeitos à aplicação do Código dos Contratos Públicos. Estudaremos as origens deste regime e a importância do mesmo ao longo da vida do contrato. No âmbito das diversas vicissitudes que podem ocorrer ao contrato durante a sua vigência, estudaremos, em especial, (i) o regime da modificação (objetiva, por alteração de circunstâncias ou por decisão do contraente público e subjetiva, por cessão de posição contratual) e o regime da resolução (por iniciativa do contraente público ou do contraente privado). Será feita igualmente uma articulação com a natureza jurídica dos atos do contraente público durante a execução dos contratos e o seu regime impugnatório.

Conteúdos programáticos:

1. A origem do regime legal da execução dos contratos administrativos e a influência do Direito e da jurisprudência europeias.
2. O regime da modificação objetiva dos contratos administrativos (as diferentes causas e as diferentes consequências). Os poderes de conformação do contraente público e a natureza jurídica das declarações do contraente público.
3. O regime da modificação subjetiva dos contratos administrativos (as diferentes causas e as diferentes consequências). A cessão de posição contratual e a subcontratação. O direito de step in.
4. O regime da resolução do contrato administrativo (as diferentes causas e as diferentes consequências)



Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos estão articulados de forma coerente com os objetivos que se visam alcançar com a disciplina.

Conhecimentos prévios recomendados (ou unidades curriculares cuja frequência prévia é recomendada):

Os alunos devem ter familiaridade com o Direito Administrativo e com o Código dos Contratos Públicos.

Método de ensino e avaliação:

O ensino será teórico-prático e dialogado, com exemplos práticos da jurisprudência e da própria experiência profissional do Docente.

A avaliação consistirá no comentário a um acórdão ou um trabalho crítico sobre um tema integrado nos conteúdos programáticos.

Demonstração da coerência entre o método de ensino e os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O método de ensino dialogado e com articulação entre teoria-lei-jurisprudência-realidade é o que se afigura mais adequado a uma disciplina de mestrado.

Bibliografia:

Para além das obras "clássicas" do Direito dos Contratos Públicos, serão disponibilizados diretamente aos alunos teses de mestrado não publicadas e artigos publicados em Revistas da especialidade.

Legislação:

Código dos Contratos Públicos e demais legislação indicada nas aulas.

Plano de Aulas:

As aulas seguirão os conteúdos programáticos.